


CONPATRI

 CONSELHO CONSULTIVO E
 DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO
 CULTURAL E NATURAL DE ITABIRITO

Ata da 299ª (Ducentésima Nonagésima Nona) reunião ordinária do CONPATRI – Conselho Consultivo e Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Itabirito. Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro do ano de 2022 (dois mil e vinte dois), às 14:00 horas (quatorze horas), realizada na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, localizada à Rua do Rosário nº 67 – Bairro Boa Viagem, os conselheiros foram convocados por meio eletrônico. A reunião aconteceu em primeira convocação, atingindo o quorum conforme Regimento Interno do Conselho, contando com a presença da Presidente do Conselho, Junia Guimarães Melillo, da Fiscal de Posturas Daniele Mônica Lima, Alessandra Flávia da Silva Baeta, representando a Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, como membro efetivo, Célio dos Santos, representando a União Ambientalista de Itabirito - UAI, como membro efetivo, Paulo Rodrigues dos Santos, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, como membro efetivo, Edmundo Quintão dos Santos, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL como membro suplente, Gabriel César de Oliveira, representando a Secretaria de Obras e Serviços, como membro suplente, Luiza Cristina Melillo Bastos, representando a Paróquia da Igreja Católica de Itabirito, como membro efetivo, Frederico Arthur Souza Leite, representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como membro efetivo, Luisa de Marilac Toledo Sardinha, representando a Associação Comercial e Empresarial de Itabirito – ACE, como membro efetivo, Karla de Melo Pagano, representando a Secretaria Municipal de Urbanismo, como membro suplente, José Antônio Braga, representando o Coral Canarinhos de Itabirito, como membro efetivo. Também participaram da reunião Rafael Sânzio Nunes Fonseca, arquiteto representante do Instituto Yara Tupinambá, Luana Karine do Carmo Silva, representando o Banco SICREDI, Carlos Castilho Araújo Filho, representando o IEF/EEE – Aredes, Aline Maria Guimarães Gonzaga, representando a empresa Jaguar Mining/MSOL, Mauro Antônio de Oliveira, como ouvinte. A reunião teve como pauta, abertura dos trabalhos, **INFORMES:** Memorando nº 251 – resposta ao Ofício nº 822/2021 – PGJMG/ITBPI – 01PJ – SICRED; restauração do Quartel da Polícia Militar; **Requerimentos:** **Instituto Yara Tupinambá e IEF** – Apresentação do projeto de revitalização das coberturas das estruturas de Aredes; **Secretaria Municipal de Urbanismo** – Apresentação do projeto de restauração do Centro Educacional Municipal de Itabirito para abrigar a Secretaria Municipal de Educação; **Secretaria Municipal de Obras e Serviços** – Apresentação do projeto do Cine Teatro Liz Bastos (Cine Pax); **Requerimento 12604/2021 e Ofício s/n de 15/10/2021 – Bação Logística** – Finalização do processo referente ao Terminal de Cargas em São Gonçalo do Bação; **Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo** – Apresentação dos valores via FUMPAC para elaboração de projetos para intervenções no Cine Teatro Liz Bastos (Cine Pax), Complexo Turístico da Estação, Vagão do Pastel de Angu e Casa de Cultura Maestro Dungas; **Requerimento 15804/2021 – Obras Sociais Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem** – Solicita aprovação de intervenção na Capela das Mercês; **Requerimento 15069/2021 – SICREDI** – Apresentação do resultado do pedido de vista do conselheiro do CONPATRI ao processo 15069/2021; **Requerimento 1858/2022 – Msol Mineração Serras do Oeste Ltda.** – Conselheiro responsável por pedido de vistas, solicitação de formação de comissão para visita *in loco*. Iniciando a reunião a Presidente Jônia Melillo deu boas vindas a todos os presentes e acatando sugestão da fiscal de posturas e com o consentimento dos conselheiros, alterou a ordem da pauta deixando os informes para serem repassados após os requerimentos. Dando início à reunião, o primeiro requerimento referente ao projeto arquitetônico de cobertura para o conjunto 1, da ruína denominada “Senzala”, do Sítio Histórico-Arqueológico de Aredes, foi apresentado pelo arquiteto do Instituto Yara Tupinambá, Rafael Sânzio. De acordo com o mesmo trata-se de uma revisão de aspectos pontuais de um estudo preliminar que já foi apresentado a esse conselho e aprovado em outra oportunidade. Rafael fez uma recapitulação de tudo o que foi colocado naquele estudo preliminar, apontando o que muda para que todos tenham um entendimento bem completo de como foi o processo do projeto de lá até agora. Reproduz em data show uma imagem aérea feita pelo arqueólogo Henrique Piló da área do



conjunto 1, das estruturas remanescentes. Descreve as imagens como um primeiro levantamento de 2017 das ruínas em que se vê um partido retangular que se desenvolve no sentido leste/oeste e que se imagina terem sido estruturas para senzala ou comércio. As imagens seguintes são referentes à ruína com sua fachada frontal e cobertura atual e os primeiros levantamentos com uma reconstituição conjectural, de caráter hipotético, que foi feito no âmbito desses primeiros estudos de 2017 pela arquiteta Maria Cristina Cairo, é o que se imagina que seria uma cobertura primitiva. Em 2020 colapsa parte dessa estrutura de cobertura que é um telhado de amianto com estrutura de madeira já muito degradada e colapsa em um período de chuvas fortes. Em outra imagem aérea aponta a extensão dos danos na cobertura com cerca de 50% completamente perdida. De acordo com Rafael como Instituto Yara Tupinambá já atuava na área, inclusive na consolidação da janela, ícone de Aredes, que é a janela de Aredes, na consolidação e cobertura provisória, foi chamado para apresentar um projeto de cobertura também provisória para essa estrutura. Porém em discussões com o IEF, os intervenientes alcançaram o entendimento de que o melhor para aquela área seria uma cobertura definitiva, pois se sabe que o provisório, nesses casos, acaba sendo definitivo e para que tenha algo de caráter duradouro e de fácil manutenção, o melhor seria já propor algo definitivo. Em outra imagem apresentada descreve as vistorias feitas pelos arquitetos Fernando Cardoso, especialista em argamassas, que também diagnostica a relativa integridade dessas alvenarias históricas, mas a necessidade de que elas sejam protegidas das intempéries, pois a lavagem dessas argamassas poderia ocasionar, com o tempo, a degradação dessas ruínas. Elas são então cobertas provisoriamente com lonas, para evitar as infiltrações de água, mas uma solução bastante provisória e precária. Apresenta na sequência o relatório técnico que conclui também pela necessidade de coberturas e beirais largos para proteger essas alvenarias históricas. A partir daí o corpo técnico do Instituto desenvolveu um estudo preliminar para a nova cobertura. Rafael mostra uma ilustração dessa primeira proposta apresentada ao conselho anteriormente e aprovada. Uma cobertura em estrutura autônoma metálica, completamente solta das alvenarias históricas, que colocam as alvenarias em primeiro plano, constituídas de pórticos, em sistema bem contemporâneo que remete a galpões, com telha metálica trapezoidal termoacústica, estrutura em pórticos, as vedações em tela metálica na fachada frontal e posterior e vidro nas empenas laterais. Ressalta a importância de prestarem atenção no distanciamento das estruturas metálicas das alvenarias, uma das alterações na nova proposta, que é de um metro. A vedação de fita em tela metálica se eleva a um metro com relação às alvenarias. Rafael responde a uma conselheira que pergunta se as estruturas são autônomas. Responde que sim, que são totalmente independentes, demonstrando na imagem do esquema construtivo em que se tem sapatas isoladas no interior da antiga edificação, os pórticos sobre as sapatas e tem esse sistema de cobertura e vedações laterais. O conselheiro Sr. Célio intervém questionando o porquê não é feito um telhado direto como era originalmente. Rafael justifica que tratará desse tema logo mais a frente da apresentação. Sr. Célio acrescenta que essa proposta está totalmente descaracterizada a ruína, ainda mais que jamais teria vidro, vai colocar vidro e estrutura metálica. A conselheira Luisa explica que tem algumas coisas que podem ser feitas para preservar o patrimônio e não necessariamente ser igual o que era antes. Junia acrescenta que se justifica para não criar um falso histórico. Sr. Célio continua dizendo que nada impede que o telhado tenha um engradamento de madeira como era o original. Pergunta qual telha será utilizada nessa cobertura. Rafael responde que será usada a telha metálica em consonância com todo o sistema. Continua explanando sobre a aprovação do mesmo pelo IPHAN/MG em um parecer técnico formulado por Rômulo Drummond, que trata mais especificamente de três pontos, ele remete às cores empregadas, no caso a harmonização dessas cores, a altura da cobertura em relação às alvenarias existentes que, para a proteção das alvenarias, a cobertura deveria ser rebaixada e os perfis metálicos especificados que eram os perfis "I", foi recomendada a substituição por perfis retangulares ou perfis caixa, para remeter aos esteios



tradicional da arquitetura tradicional colonial. Nessa ocasião reuniram-se os intervenientes, o IEF, o corpo técnico do Instituto e o IPHAN representado pelo autor do parecer, Rômulo Drummond e o Sr. Matheus Guerra Cotta, para discutir ponto a ponto o parecer emitido e os arquitetos do Instituto se comprometem a tratar de todos os aspectos que foram levantados pelo IPHAN e apresentar nova proposta, o que é feito logo em seguida. Continua apresentando a cobertura que antes seria azul para remeter ao céu, adquire a cor cerâmica, justamente para remeter a cobertura de telhas cerâmicas de barro, apesar de manter a consistência do sistema metálico autônomo e a harmonização com esse sistema, a compatibilização com esse sistema. Já havia comentado que o uso dessas telhas, para o caso de Aredes, seria muito benéfico por que se evitaria o que acontece, por ser um lugar isolado de difícil acesso para manutenção e conservação, as telhas cerâmicas tem um problema de se partirem, de se deslocarem de posição com muita frequência, os canais serem entupidos por vegetação, isso pode ocasionar todo o tipo de patologias nas edificações, acredita que essa solução seja duradoura, contemporânea. O argumento usado para defender esse tipo de sistema e que o IPHAN acolheu, foi de que nas empenas laterais, a reconstituição conjectural que Maria Cristina Cairo faz, que possivelmente seria um sistema de cobertura em quatro águas cerâmico, mas não se sabe, pois essa cobertura é arruinada e não há nenhum documento dessa cobertura, não se sabe como ela era. Hoje ela existe dessa forma, com os beirais e as empenas em um sistema que dá pra perceber que foi feito posteriormente, acreditando que o sistema de duas águas foi posterior, mas se ele era quatro águas, não se sabe qual era a inclinação, qual era o galgo, nem se existia um galgo, não se sabe de fato qual era a imagem dessa edificação. Sr. Célio intervém e comenta que se fosse um telhado em quatro águas, não teria um "pico" que ele aponta na imagem projetada. Rafael complementa que esse "pico" foi feito posteriormente, pois é completamente diferente. Sr. Célio continua dizendo que pelo que ele conhece e pela distância não se usaria quatro águas por ter um comprimento tão diferente da largura. Rafael conclui que essa é a ideia de ruína, a ideia de uma coisa que não se pode reconstituir quando não se conhece a forma original, a forma primária daquela edificação. Houve a argumentação e o IPHAN acolheu esse argumento e eles aconselharam que essa ideia contemporânea se distingue ao mesmo tempo em que apresenta, ou seja, deixa em primeira vista as alvenarias históricas que são realmente as protagonistas, então a cor cerâmica melhor harmoniza com as argamassas que vão ficar aparentes, harmoniza melhor com a madeira, sendo uma consideração importante que a equipe do Instituto acolheu de forma muito feliz por acreditarem que realmente remeteu mais à arquitetura colonial, fora o caráter da conservação e manutenção que fica mais simplificado e mais duradouro. Todos os aspectos são então acolhidos, os perfis são modificados, o esquema construtivo é o mesmo, as fitas de vedação são diminuídas em relação às alvenarias históricas, mais longilíneas, tendo 60 cm de altura. Continua explicando que em agosto de 2021 o IPHAN aprovou o projeto cujas ilustrações foram exibidas, sendo planta, fachadas, cortes e ainda as portas e janelas que serão todas instaladas para vedação dos vãos. Todas em madeira de acordo com os exemplares remanescentes que se encontram em péssimo estado de conservação. Logo após sua apresentação, Rafael agradeceu a atenção e se colocou à disposição para esclarecimento das dúvidas. Foi perguntado ao Rafael sobre a alteração das portas e janelas e o mesmo informou que já foi contemplado em projeto enviado ao IPHAN, na mesma oportunidade do encaminhamento das mudanças solicitadas e aproveitou também para enviar o detalhamento de todas as esquadrias. Logo após a explicação Daniele perguntou aos presentes se havia ficado alguma dúvida, e a conselheira Karla perguntou se as portas eram de madeira maciça e Rafael informou que são de calhas, tradicionais e citou o exemplo da casa de Paulo Josafá. O conselheiro Célio dos Santos pediu a palavra e salientou que o ideal seria manter as telhas padrão utilizadas anteriormente, pois com a mudança de telhado haverá uma descaracterização do bem, e que concordaria com as mudanças somente se não houvesse outros meios de solucionar o problema. A conselheira Karla citou que a manutenção da telha



cerâmica poderia caracterizar um falso histórico e quanto a questão do material proposto pelo instituto terá uma durabilidade maior, e que isso é importante pois a Prefeitura pela quantidade de bens não consegue fazer a manutenção necessária e a telha cerâmica pede uma manutenção muito "a miúdo", além do acesso ao local ser complicado, pode ser que em caso da colocação de telha cerâmica pode estar se dando um "tiro no pé". O Conselheiro José Antônio também pediu a palavra e citou a experiência que está tendo com a casa de José Faria de Souza, que após período de chuva intensa passará por uma recuperação plena trocando as vigas e fazendo a manutenção das calhas pois a porosidade chegou a um ponto que está impossível manter como está, e prosseguindo o conselheiro citou a sua própria residência que a menos de dez anos, com a intensidade das chuvas a coloração já desbotou voltando praticamente a identidade aos demais imóveis da rua. Foi colocado em votação, e a condutora da reunião e Fiscal de Posturas Daniela, ressaltou que se trata de um projeto que havia sido aprovado pelo CONPATRI anteriormente e que está sendo passado novamente apenas para apresentar as mudanças solicitadas pelo IPHAN. A Conselheira Karla frisou que trata-se de um projeto aprovado pelo IPHAN, e se eles aprovaram está de acordo. Foi colocado em votação tendo 8 (oito) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. Carlos representante do IEF/EEE – Aredes, falou também sobre a aprovação por parte da entidade, que a priori sugeriu as telhas internas porém após estudo dos órgãos competentes, foi aprovada a utilização de telhas e a outra questão seria a altura da dos vidros e da viga que foi a pedido do IPHAN alterada por uma de menor altura, sendo assim o IEF/EEE – Aredes, também aprova as alterações. Daniele informou que será necessário alterar a ordem da pauta para priorizar os representantes presentes das empresas requerentes. O Conselheiro José Antônio solicitou que fosse deliberado o protocolo referente a Bação Logística pois o mesmo gostaria de estar presente na apresentação do mesmo, e como está indisposto pode ser que não consiga permanecer durante toda a reunião. Acatando o pedido do conselheiro, o próximo **protocolo deliberado foi o de número 12604 /2021 e o ofício sem número de 15/10/2021 da Bação Logística S/A.** Daniele realizou a leitura e frisou que foi um pedido do conselheiro José Antônio Braga que o assunto voltasse à pauta que pudesse finalizar. O conselheiro José Antônio solicitou que a leitura do ofício fosse realizada para que o mesmo ficasse ciente quanto ao teor. Logo após o pedido, Daniele realizou a leitura do ofício e logo após o conselheiro José Antônio pediu a palavra e frisou que a empresa simplesmente não quer que o recurso seja julgado, sendo assim o voto do conselheiro e relator do assunto em questão é que diante do pedido que o assunto seja incluído em pauta, na reunião do próximo mês de março, notificando à Bação Logística, a Associação Comunitária de São Gonçalo do Bação, incluindo os terceiros interessados com um prazo de regulamentar para que todos tomem ciência de todos os atos praticados após a interposição do recurso. Logo após a presidente explicou que houve uma mudança na equipe da Bação Logística a qual não foi informada da vigência do processo pela equipe anterior, e com esta mudança não conseguiram se pronunciar em tempo hábil para apresentação na reunião do CONPATRI. Ficou acordado entre os presentes a convocação da supracitada empresa para a próxima reunião afim de finalizar o processo. O próximo assunto em pauta refere-se ao **protocolo 15069/2021 – SICRED**, sobre a apresentação do resultado do pedido de vistas do conselheiro do CONPATRI ao processo. Daniele realizou um breve resumo do assunto em questão sobre o pedido de instalação de um painel publicitário informativo na Praça Coronel Baêta, sem número, bairro centro. Logo após o breve histórico, Daniele realizou a leitura do voto de mérito, que vou elaborado pelo relator, o conselheiro Célio dos Santos, voto em anexo a ata. Após a leitura do voto de mérito a palavra foi passada para a Luana, representante do SICRED, que trouxe o posicionamento na empresa ante ao pedido. Luana iniciou sua fala salientando que estava ciente da negativa do pedido, e logo após falou sobre a cooperativa, informou que não sabia que a praça onde foi solicitada a instalação era tombada. Falou também sobre a reunião que tiveram com o Prefeito para reafirmar a parceria entre cooperativa e prefeitura, uma prática que é exercida com todas as cidades onde a cooperativa

[Handwritten notes in blue ink on the right margin]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



foi instalada. Prosseguindo Luana falou também que no Sul, sede da Cooperativa, todas as cidades possuem relógios instalados, que já é uma tradição e que a ideia do relógio é estar presente na população e ter este impacto social, e este relógio seria patrocinado pela cooperativa e iria precisar que a prefeitura disponibilizasse a elétrica e a base de concreto para a sua instalação, e a cooperativa adotaria a praça no sentido da manutenção. Luana citou a conversa que teve com o Prefeito e informou que o mesmo havia indicado a instalação do relógio na Praça, por estar próximo a agência da cooperativa e por ter um grande fluxo de pessoas no local. O Conselheiro Célio se pronunciou perguntando se não era interesse da cooperativa a instalação do relógio em outro ponto da cidade. Luana informou que o motivo de sua presença foi justamente para que em fosse sugerido um outro local, e que a mesma já tinha entrado na reunião com a certeza que o pedido anterior já havia sido indeferido, que veio para apresentar o motivo pelo qual a cooperativa quer a instalação do relógio, e que se não for na Praça Coronel Baêta, que seja em um local que tenha um grande fluxo de pessoas. A conselheira Alessandra solicitou a palavra e perguntou a representante do SICRED Luana o porquê a mesma citou que já tinha chegado com a certeza de que o pedido havia sido indeferido, sendo que o voto do relator foi lido nesta reunião em que a mesma estava presente e antes desta reunião o assunto não havia sido votado, apenas inserido em pauta onde o conselheiro havia pedido vistas. Luana informou que recebeu a visita do Senhor Mauro, e que o mesmo informou que o pedido havia sido indeferido. A conselheira Alessandra informou que o Senhor Mauro era um ouvinte e não um conselheiro, não podendo assim representar o conselho principalmente levar a informação de assunto que compete ao Conselho e que qualquer manifestação do conselho viria formalizada através de um parecer assinado e datado e não de forma informal. A Presidente também se posicionou quanto ao caso citando que o senhor Mauro será sempre bem-vindo assim como qualquer pessoa será bem-vinda tendo em vista que as reuniões do CONPATRI são abertas, porém é necessário bastante cautela com os assuntos que são abordados em reunião para que não haja falsos entendimentos. Após a explanação das partes, a presidente colocou em votação, quem irá acompanhar o voto do relator, que foi aprovado por 9 (nove) votos favoráveis com um adendo do conselheiro José Antônio Braga da não instalação do relógio no local pleiteado pela cooperativa, porém permitindo a empresa que escolha um outro local que não seja coberto pelo decreto de tombamento, e que desconsidera toda e qualquer parte do parecer relacionado à edificação, sendo focado apenas na questão do relógio e que a área seja definida juntamente com a Secretaria de Urbanismo. A conselheira Karla representante da Secretaria de Urbanismo, salientou que estão à disposição para estudar junto a cooperativa um novo local para a instalação do relógio. Prosseguindo, o próximo assunto em pauta trata-se do **protocolo 1858/2022 – Msol Mineração Serras do Oeste Ltda.** Daniele explicou que este protocolo já havia passado pelo crivo do conselho, porém o conselheiro Célio dos Santos havia pedido vistas ao processo, e solicitou uma visita ao local. Daniele explicou também que foram solicitadas correções no processo, as quais a empresa procedeu e reencaminhou o processo com as devidas alterações para avaliação do conselho. Daniele explicou que as alterações foram mínimas, e logo após perguntou quanto a visita, se havia a necessidade e qual a disponibilidade dos conselheiros. O conselheiro Célio se pronunciou que para ele bastava agendar, pois estava disponível. A Conselheira Luiza informou que infelizmente não poderá participar pois trabalha durante todo o dia. Daniele sugeriu que os conselheiros escutassem a explicação da empresa e logo após caso necessário a visita seria agendada de acordo com a disponibilidade dos conselheiros. Logo após a representante da empresa MSOL Aline informou que as atividades de extração estão paralisadas por questão de inviabilidade econômica, não há impacto em nenhum bem, e o pedido realizado ao conselho seria para dar andamento ao pedido de licenciamento ao IEPHA e para seguir com o pedido de licenciamento, é necessária a manifestação que o empreendimento em questão não tem impacto em relação ao bem. O conselheiro Célio dos Santos questionou quanto se haverá interferência nas ruínas da Igreja de



São Vicente de Ferrer. Aline informou que não haverá pois o empreendimento está bem distante da supracitada empresa, explicou também que se trata de mineração de lavra subterrânea, e ainda que no momento que voltasse a lavar, não há na área diretamente afetada não há nenhum risco. O Conselheiro Fred, representante da Secretaria de Meio Ambiente, perguntou o porquê o empreendimento precisa de conformidade tendo em vista que o mesmo não está funcionando no presente momento. Aline explicou que o empreendimento está paralisado, porém a licença ambiental estadual está vigente, e com a nova gerencia da empresa, eles querem deixar "nada para trás", a anuência do IEPHA neste primeiro momento não se faz necessária, mas caso haja a exigência de acordo com a legislação, o empreendimento já quer tê-la. O conselheiro Fred pediu para deixar claro que a licença do IEPHA ainda não foi solicitada e que a do IPHAN a empresa já possui. Aline ressaltou que a manifestação do CONPATRI é apenas um dos documentos solicitados pelo IEPHA e quem vai decidir a licença e dará a anuência será o IEPHA. O conselheiro Fred perguntou a Aline se já exista um plano de extração, e Aline explicou que é um pouco mais complicado porque o maior problema hoje para iniciar as atividades, pois as galerias foram alagadas e para retirar as águas seria necessário entrar com um processo de outorga de rebaixamento de lençol que é um processo complicado, o que deixa cada vez mais inviável o início imediato das atividades. O conselheiro Fred perguntou se há algum risco de contaminação pois uma parte da água que está represada será lançada a jusante, causando preocupação aos moradores próximos. Aline informou que mesmo não sendo questão deste conselho ela poderia esclarecer. O conselheiro Fred salientou que é sim uma questão do conselho por se tratar de um conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, onde se preocupa também com os recursos hídricos. Aline explicou que a empresa possui um barramento que é monitorado, e a ANM que é a Agência Nacional de Mineração quem faz toda a fiscalização, e esta barragem não há hoje nenhum comprometimento estrutural, e que a empresa possui toda a documentação necessária atestando que a barragem está "ok", e que a cada seis meses é realizada a vistoria e é obtida a declaração de estabilidade. Aline prosseguiu informando que em relação a possibilidade de contaminação, a empresa faz um monitoramento tanto da água à montante quanto da jusante e não há nenhum parâmetro se quer alterado, e não há nenhum elemento contaminante. A conselheira Luiza perguntou qual o risco de contaminar a água da comunidade local, como é o direcionamento da água, da barragem e se a população de Acuruí está correndo risco em caso de rompimento de barragem? Aline explicou que Acuruí não corre risco algum, pois trata-se de uma barragem impermeabilizada, com uma manta que protege e não há risco de contaminação. O conselheiro Fred solicitou o encaminhamento para sua secretaria dos últimos laudos de fiscalização e Aline se incumbiu de enviar. Prosseguindo a Presidente perguntou aos conselheiros se poderia dar andamento na votação e se havia mais alguma dúvida tendo em vista que não haverá interferência no patrimônio. Daniele perguntou se ainda havia a necessidade da visita ao local e os conselheiros informaram que não havia a necessidade. Foi colocado em votação e aprovado por 9 (nove) votos favoráveis e nenhum voto contrário. O próximo assunto em pauta refere-se a **apresentação do projeto de restauração do Centro Educacional Municipal de Itabirito – CEMI para abrigar a Secretaria de Educação**. O projeto foi apresentado pela Karla Melo conselheira representante da Secretaria de Urbanismo e Ana Carolina, arquiteta que trabalhou diretamente no projeto. Karla iniciou informando que a proposta é levar para o prédio toda a Secretaria de Educação e seus anexos que se encontra hoje no terceiro piso do Itabirenses. Karla explicou também que hoje para atender como escola, a estrutura existente não suportaria tendo em vista que as dimensões das salas não atendem e que para adequar teria que quebrar muita coisa, e por se tratar de um prédio histórico o ideal é que se faça o mínimo de intervenção possível, sendo assim optou-se por colocar a Secretaria de Educação que é compatível com o uso que sempre teve. Logo após Karla fez uma breve contextualização referente a localização do prédio, falou também sobre o levantamento que foi feito em que o projeto arquitetônico propõe pequenas alterações a fim de atender aos



novos usos do local, falou também sobre a necessidade de recuperar ambientes bem como preservar detalhes construtivos relevantes. Dando andamento Ana Carolina explicou sobre o levantamento que foi realizado no primeiro pavimento, apresentou algumas fotos, e explicou que durante as visitas realizadas, foi identificado que o prédio sofreu algumas alterações e o objetivo é identificar a configuração primária, observou-se que as esquadrias foram alteradas, e a proposta é trazer as de madeira de volta, foi identificada algumas esquadrias com veneziana outras com vidro, e seu estado de conservação precisa ser analisado com maiores cuidados, segundo Ana Carolina, demandando uma análise individual. Outro aspecto falado por Ana Carolina foi referente as portas as "almofadas", que são as molduras que acompanham as portas possuem, configurações diferentes, algumas portas com uma maior quantidade de almofadas outras com quantidades menores, ou até mesmo sem. Karla salientou que se observa uma diversidade de pisos, esquadrias portas e entre outros itens e que a ideia é que se chegue o mais próximo possível do original, portanto as portas que estão sendo tiradas serão realocadas, e onde forem retiradas as portas antigas a ideia é colocar portas pranchetas lisas, para mostrar que trata-se de uma intervenção como o IPHAN determina, mostrando que foi uma intervenção atual, e não uma réplica do que tinha no passado. O conselheiro Célio dos Santos solicitou a palavra para fazer uma consideração, perguntando se os alunos do CEMI vão continuar improvisados no Carioca, pois eles foram realocados devido prédio apresentar goteiras, porém agora o prédio será utilizado para outro fim que não a escola, e os alunos vão continuar no espaço onde estão no Bairro Carioca sem a infraestrutura adequada e que não concorda com a instalação da parte burocrática no prédio, mas sim deveria permanecer como escola e que o preocupa a dispersão das secretarias e a não utilização do prédio como escola. A Presidente Júnia pediu a palavra e salientou que a prefeitura está com o objetivo de desonerar a prefeitura, saindo do aluguel e levando as secretarias para prédios próprios, o centro administrativo é um exemplo onde serão instaladas várias secretarias uma delas é a Secretaria de Esportes que já está no local, entre outras. Karla informou que os alunos que hoje estão no Carioca, irão ser realocados para a escola do Country, que além de escola terá um polo esportivo. Karla falou também que o projeto está muito bem elaborado, a escola será em tempo integral, as áreas esportivas vão estar à disposição da escola e da creche, e será um grande complexo que já está sendo preparado e irá abrigar o CEMI. Karla prosseguiu falando que em relação à sala de aula, hoje se faz necessário seguir um padrão de distanciamento mínimo entre carteiras para atingir a circulação necessária, e caso fizesse a adequação supracitada para as salas, as mesmas iriam comportar um número muito pequenos de alunos, e esta quantidade para uma escola é muito pouco. Karla salientou que foi feito um projeto para abrigar a escola porém um grande número de paredes teriam que ser demolidas para abrigar as salas. O conselheiro Fred citou o problema com morcegos existentes no local, Karla informou que tem ido no local diversas vezes e ainda não identificou, e informou também que no telhado será utilizado forro mineral para que não haja infestação. Ana Carolina citou que o que favorece a infestação é o fato de não estar em pleno funcionamento, e que logo que isso acontecer diminuirá substancialmente a infestação. Logo após Karla apresentou as intervenções do terceiro pavimento, terá uma substituição de esquadrias e retirar os cobogós. Dando andamento Ana Carolina apresentou o projeto do primeiro pavimento com as modificações, foi previsto em projeto a recuperação da varanda existente, o que vai configurar a fachada do prédio com a proposta original, e com relação as construções foi feito um estudo, quanto a demolição foi apresentada em projeto assim como o que foi proposto para construção. Toda a apresentação foi realizada com os conselheiros vendo as projeções de projeto e das intervenções. Foram apresentadas as intervenções visando acessibilidade, a criação de uma copa que atenderá a demanda do prédio, sendo o primeiro pavimento de uso mais público, onde será instalado a CEMEI. Ana Carolina citou a questão da segurança e falou a substituição do muro de fechamento da parte da frente por um gradil metálico, assim como foi feito na fábrica velha, que foi uma proposta



do Urbanismo para que os conselheiros possam conversar sobre esta modificação. Outra parte da apresentação foi sobre o modelo de esquadrias atuais que podem ser realocadas dependendo da adequação do espaço. No segundo pavimento foi apresentada a marcação das peças sanitárias e detalhes construtivos antecedentes, e o reposicionamento das portas. No terceiro pavimento foi apresentada a marcação das pedras sanitárias e detalhes construtivos antecedentes além da construção de um espaço multiuso onde anteriormente era o refeitório da escola. Logo após foram apresentadas fotografias antigas e fotografias atuais do estado de conservação. Karla explicou que as louças sanitárias, de acordo com a possibilidade serão readequadas ao ambiente. O conselheiro Célio citou a possibilidade das peças no momento da realocação serem quebradas devido a forma que estão presas no local. A Conselheira Luiza frisou que em casas americanas este processo é muito utilizado. Prosseguindo foi apresentado o modelo de gradil e a opção de vidro proposto. O conselheiro Célio perguntou se a palmeira existente será retirada e Karla informou que não há proposta para a retirada mas sim para a manutenção dela no local. Dando andamento na apresentação foi projetada algumas fotos de mobiliário existente no local, e a ideia inicial é recuperá-los, identificar qual o estado de conservação de cada um deles, os corrimãos também, que não estão em boas condições, e serão substituídos por aço inox, além da construção de um depósito entre o primeiro e segundo acesso. Logo após foi falado sobre os pisos existentes, Karla informou que casa piso foi catalogado, e que a ideia inicial é manter todos eles, porém é sabido que alguns não serão possíveis, e o que não forem possíveis serão substituídos por granitina polida branca, mostrando que se trata de uma intervenção atual, na parte do auditório será retirada a ardósia existente e será colocado carpete até mesmo para conter o barulho. Ana Carolina falou sobre a varanda onde possui um desnível de dezesseis centímetros, onde será nivelado e construído um banheiro com acessibilidade, quanto a antiga sala da diretoria será mantido o piso de madeira. Prosseguindo foi apresentado o diagrama de cobertura cujo a ideia é manter toda a cobertura existente e embutir uma parte com a utilização de telhas sanduiche, pois estará toda embutida e não irá aparecer e ajuda na acústica, e na manutenção, hoje a telha existente é a de amianto. O conselheiro Fred, representante do meio ambiente perguntou se havia a possibilidade de implantar um sistema de captação de água da chuva, devida à proporção do telhado. Karla informou que é possível, teria que ser realizado um estudo de como fazer este sistema no telhado existente, mas pode-se propor a instalação de umas calhas para captar a água. O conselheiro Celio citou que seria inviável pois necessitaria de caixa para a captação da água. Karla frisou que sim, é possível inclusive fazer o reservatório subterrâneo. Finalizando a apresentação, Ana Carolina falou também sobre a remodelação do passeio, que possui um pequeno desnível, e a ideia é tratar o acesso das pessoas diretamente da fachada. Foi colocado em votação e aprovado por 8 (oito) votos favoráveis e 1(uma) abstenção da conselheira Karla que foi a condutora da apresentação do projeto. O próximo assunto em pauta trata-se da **apresentação do projeto do Cine Teatro Liz Bastos (Cine Pax)**. Representante da empresa Via Voz Debora, iniciou a apresentação explicando que o que foi contemplado em projeto foi a adequação dos ambientes. Karla perguntou se tratava do projeto que a Mayara fez na Secretaria de Urbanismo e Debora respondeu que sim, que foram realizadas as devidas alterações solicitadas nas reuniões realizadas. Foi apresentada uma prospecção do projeto iniciando pelo café, onde a Presidente informou que mesmo quando o cine teatro não estiver funcionando o café estará em pleno funcionamento. Foi contemplado também no projeto a parte da acessibilidade, o departamento administrativo onde o acesso foi modificado para ter acessibilidade, a sala onde era apenas de automação agora também será uma sala de técnica para teatro. Foi apresentada as intervenções no teatro, a reforma das cadeiras onde foram adicionadas cadeiras para pessoas obesas, o piso que será mantido, o palco será ampliado, área de circulação e área com plataforma elevatória que dá acesso ao palco e aos camarins, carga e descarga que sai direto no palco e local para guardar material cênico. A conselheira Karla perguntou se está previsto monta carga e Debora informou que



sim. Quanto a saída de emergência Debora informou que serão duas saídas, sendo uma na lateral e uma próximo ao café. O conselheiro Celio perguntou o que vai restar da sala de produção. A Presidente informou que as maquinas de projeção existentes no local serão utilizadas para exposição no hall. Continuando a projeção Debora informou que no foyer e no café terão alguns expositores que serão utilizados para a exposição de objetos de Liz Bastos e equipamentos antigos. Foi realizada a apresentação da fachada, onde na principal foi preservada a diferença dos portões, foi adicionado um espaço para afixar cartazes com uma película, troca das pedras pelo mesmo modelo de pedra filetada, a pintura foi mantida na cor já existente, camurça e palha, foi realizada a modificação do letreiro, que antes era Cine Teatro Pax e agora é Cine Liz Bastos. Quanto a cobertura, toda ela será refeita utilizando a telha termo acústica. Logo após foi apresentada a planta dos camarins sendo um deles com apenas um banheiro, e o outro uma adição de vestiário para portadores de necessidades especiais. O conselheiro Celio questionou o porquê da alteração da mudança do nome do Cine Teatro Pax para Cine Teatro Pax "Liz Cândida Bastos". A Presidente Júnia informou que foi um pedido da família e o prefeito acolheu. O conselheiro Célio questionou que o nome Cine Teatro Pax foi eleito através de pesquisa popular, e a alteração deveria ter sido feita da mesma forma. O conselheiro utilizou o exemplo do Cine Brasil, que teve intervenções, porém não houve mudança no nome, e que a alteração deveria ser feita de forma democrática ouvindo a população. A conselheira Alessandra falou que houve um acréscimo no nome do Cine Brasil, que agora passou a chamar de Cine Theatro Brasil Vallourec. O conselheiro Célio pediu vistas em relação ao nome. Júnia frisou que quanto mais demorar a votar pelo projeto mais pode demorar a obra. Ficou decidido que será deliberado o projeto apresentando ficando na eminência de verificação quanto ao nome. A conselheira Luiza perguntou quanto a caixa d'água se teria a possibilidade de realoca-la pois a pouco tempo a cidade foi acometida por uma enchente o que afetou sobremaneira o Cine Pax. Representantes da Secretaria de Obras presente informou que estão sendo tomadas todas as precauções e realizados estaqueamentos no local. O conselheiro José Antônio perguntou se há uma sala própria para gerador em caso de queda de energia. Debora informou que especifica para gerador não, mas existe uma sala técnica grande que pode comportar, mas que externa não, e que poderá ser contemplada no projeto. A Presidente informou que em caso de necessidade de gerador pode-se colocar na parte externa de trás entrando pelo acesso lateral. Foi colocado em votação e aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. O próximo assunto em pauta refere-se ao **requerimento nº15804/2021 – Obras Sociais Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem** – Solicita aprovação de intervenção na Capela das Mercês. Daniele explicou que trata-se da solicitação da inserção de dois banheiros do lado direito de frente a sacristia da Capela das Mercês. Logo após Daniele realizou a leitura do ofício enviado pelo pároco da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, Padre Miguel Ângelo Fiorillo. Após a leitura Daniele explicou que esteve no local onde detectou que além da reforma que foi aprovada no conselho que foi a do telhado e a pintura, foi detectado que já tinha começado a escavar a parte dos sanitários, e além dos sanitários um muro está sendo levantado para fechar o beco. Daniele prosseguiu informando que notificou a paróquia, por iniciar a obra sem autorização, e embargou a obra passando a fita zebrada. Daniele explicou que a defesa referente a notificação do muro ainda não chegou, sendo assim continua embargado o muro e o sanitário também. O conselheiro Célio dos Santos contestou o porquê da necessidade de um banheiro em uma capela pouco frequentada. O conselheiro José Antônio sugeriu a ida de um a dois conselheiros representando o conselho até o local, para averiguar pois o fechamento do muro vai atrapalhar o acesso lateral. A Presidente falou sobre a conversa que teve com o pároco da paróquia, explicou que para qualquer intervenção necessita do projeto e o mesmo informou que não iria gastar com arquiteto para fazer um projeto. O conselheiro Paulo, vizinho da Capela em questão se propôs a conversar com o pároco e se dispôs a fazer o projeto sem custo para a Igreja. Karla, representante da Secretaria de Urbanismo frisou que se o pároco vai fazer



a inserção de um banheiro e um muro será necessário passar pelo crivo da Secretaria para análise de projeto. Daniele frisou que este assunto irá retornar na próxima reunião com a defesa de notificação, a obra que foi embargada está parada, e o que está em andamento é apenas a obra já autorizada pelo conselho, pintura, trocas de tenhas. O conselheiro Paulo frisou que vai tentar uma conversa com o pároco referente a esta reforma. Sendo assim ficou definida a ida dos representantes do conselho para uma conversa com o pároco. O próximo assunto foi um informe dado pela Presidente do conselho que falou sobre a **cessão do Quartel** para o município e já está iniciando o processo para o restauro afim de dar um uso para o prédio. Dando andamento, Daniele apresentou os **valores via FUMPAC para elaboração de projetos para intervenções no Cine Teatro Liz Bastos (Cine Pax), Complexo Turístico da Estação, Vagão do Pastel de Angu e Casa de Cultura Maestro Dungas**. Daniele explicou que trata-se da apresentação dos valores pagos via FUMPAC para a elaboração de projetos para intervenções no Cine Teatro Pax, Complexo Turístico da Estação, Vagão do Pastel de Angu e Casa de Cultura Maestro Dungas, sendo do Cine Teatro Pax: R\$ 137.342,75 (cento e trinta e sete mil trezentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos); Complexo Turístico da Estação: R\$ 130.130,57 (cento e trinta mil cento e trinta reais e cinquenta e sete centavos); Vagão do Pastel de Angu: R\$ 17.347,00 (dezesete mil trezentos e quarenta e sete reais); Casa de Cultura Maestro Dungas: R\$ 84.393,03 (oitenta e quatro mil reais trezentos e noventa e três reais e três centavos). Daniele explicou que estes valores passaram pelo fundo e que se consegue até mesmo pontuar no ICMS como investimento. O próximo assunto seria sobre a apresentação do projeto de iluminação dos bens, porém como a Vale não enviou o projeto e não mandou representante para explicar, a apresentação será remarcada para a próxima reunião. O último assunto abordado trata-se de um **informe referente ao Memorando nº 251 – resposta ao Ofício nº 822/2021 – PGJMG/ITBPJ – 01PJ – SICRED**. Daniele explicou que trata-se da retirada da varanda do prédio do Sicred, que o Ministério Público questionou este processo, sendo assim o consultivo da Prefeitura deu uma resposta ao Ministério Público de que o Conselho não possui competência para julgar de acordo com o Plano Diretor, processos fora de ZEIH. A Presidente explicou que foi identificado no Marco Regulatório de 2014 um erro da Prefeitura, só não se sabe qual a secretaria em específico, e não consta como ZEIH a área de entorno da Praça da Estação, nem mesmo onde está o SICRED, sendo um erro grotesco segundo a Presidente mesmo se tratando de entorno de bem tombado. A Presidente informou que encaminhou ao consultivo algumas questões que necessitam de esclarecimentos, como o conselho irá proceder nestes casos específicos. O consultivo enviou um parecer jurídico de número 017/2022, ao qual pela sua amplitude será enviado aos conselheiros através de whatsapp. Daniele frisou que a Divisão e o conselho fica muito amarrado nos protocolos que ainda vão chegar, pois não se sabe se pode balizar no dossiê de Tombamento, no Plano Diretor, ou em qual documento poderá utilizar para julgar os casos. Daniele citou que como o assunto foi passado como informe este assunto voltara para discussão em uma próxima reunião. Não havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Júnia Melillo Guimarães, que a redigiu, lavrou e dirigiu os trabalhos, e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros e participantes da reunião. -----

J. Melillo

ATA

Junia Guimarães Melillo-----	<i>Junia G. Melillo</i>
Alessandra Flávia da Silva Baêta -----	<i>Alessandra Flávia S. Baêta</i>
Frederico Arthur Souza Leite-----	<i>[Signature]</i>


CONPATRI

 CONSELHO CONSULTIVO E
 DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO
 CULTURAL E NATURAL DE ITABIRITO

Célio dos Santos -----	<i>Célio dos Santos</i>
Edmundo Quintão -----	<i>Edmundo Quintão</i>
Paulo Rodrigues dos Santos-----	<i>Paulo Rodrigues dos Santos</i>
Gabriel César de Oliveira-----	<i>Gabriel César de Oliveira</i>
Luiza Cristina Melillo Bastos-----	<i>Luiza Cristina Melillo Bastos</i>
Luisa de Marilac Toledo Sardinha-----	<i>Luisa de Marilac Toledo Sardinha</i>
Karla de Melo Pagano-----	<i>Karla de Melo Pagano</i>
José Antônio Braga-----	<i>José Antônio Braga</i>